

A DISCIPLINA ESTUDOS DE PROBLEMAS BRASILEIROS: ENTRE TENSÕES E CONSENTIMENTOS EM TEMPOS DE DITADURA MILITAR DE 1964

THE DISCIPLINE STUDIES OF BRAZILIAN PROBLEMS: BETWEEN TENSIONS AND CONSENT DURING THE 1964 MILITARY DICTATORSHIP

LA ASIGNATURA ESTUDIOS DE LOS PROBLEMAS BRASILEÑOS: ENTRE TENSIONES Y CONSENTIMIENTOS EN TIEMPOS DE DICTADURA MILITAR EN 1964

Edilza Joana Oliveira Fontes¹
Davison Hugo Rocha Alves²

Resumo: O presente texto é uma reflexão histórica da disciplina Estudo(s) de Problemas Brasileiros (EPB) a partir do campo da história das disciplinas curriculares tendo como viés a hermenêutica dentro desse campo. Com isso, apoiamos nossas ideias nas reflexões de Rüsen (2001a) através do conceito de consciência histórica, de Chervel (1988) e Bittencourt (2018) no campo da história das disciplinas escolares. Entendemos que a disciplina EPB é um produto social da ditadura militar no jogo de disputas sobre os problemas brasileiros entre tensões e consentimentos após o ano efervescente de 1968. Conclui-se que 60 anos depois do evento do golpe civil-militar de 1964, a disciplina EPB era vista como uma disciplina conflituosa dentro do espaço universitário, pois, gerou diversas interpretações no interior da juventude universitária, diante da falta de uma formação de professores de EPB e do intenso controle promovido pelos órgãos de repressão da ditadura militar.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Consciência Histórica; Estudo(s) de Problemas Brasileiros; Ensino de História; Juventude Universitária.

Abstract: The present text is a historical reflection of the discipline Study(s) of Brazilian

Problems (EPB) from the field of the history of curricular subjects with hermeneutics as a bias within this field. With this, we support our ideas in the reflections of Rüsen (2001a) through the concept of historical consciousness and of Chervel (1988) and Bittencourt (2018) in the field of the history of school subjects. We understand that the EPB discipline is a social product of the military dictatorship in the game of disputes over Brazilian problems between tensions and consents after the effervescent year of 1968. It is concluded that 60 years after the event of the civil-military coup of 1964, the discipline EPB was seen as a conflicting discipline within the university space, as it generated different interpretations within university youth, given the lack of training for EPB teachers and the intense control promoted by the repressive bodies of the military dictatorship.

Keywords: Military Dictatorship; Historical Awareness; Study(s) of Brazilian Problems; Teaching History; University Youth.

Resumen: Este texto es una reflexión histórica sobre la asignatura Estudio(s) de los Problemas Brasileños (EPB) desde el campo de la historia de las disciplinas curriculares, con un enfoque hermenéutico en este campo. Con esto, fundamentamos nuestras ideas en las reflexiones de Rüsen (2001a) a través del concepto de conciencia histórica, y de Chervel (1988) y Bittencourt (2018) en el campo de la historia de las disciplinas escolares. Entendemos que la asignatura EPB es un producto social de la dictadura militar en el juego de disputas sobre los problemas brasileños, entre tensiones y consensos tras el efervescente año de 1968. Se concluye que, 60 años después del golpe cívico-militar de 1964, la asignatura EPB se percibía como conflictiva dentro del espacio universitario, ya que generó diversas interpretaciones entre la juventud universitaria, dada la falta de formación del profesorado de EPB y el intenso control promovido por los órganos represivos de la dictadura militar.

Palabras clave: Dictadura Militar; Conciencia Histórica; Estudio(s) de Problemas Brasileños; Enseñanza de la Historia; Juventud Universitaria.

Revisitando a ditadura militar brasileira 60 anos depois

Em 2018, durante o período eleitoral, o candidato à presidência da república Jair Bolsonaro (candidato do PSL), afirmou que faria o Brasil semelhante ao que era quarenta ou cinquenta anos atrás³, pois, tinha como ponto de vista “um Brasil que respeita a família, que respeita a criança em sala de aula”⁴, ou seja, ele queria um Brasil anterior a constituição brasileira de 1988, quando vivíamos uma ditadura militar no Brasil.

Nesse mesmo período durante entrevista com candidatos a presidência da República a temática da ditadura militar entrou na pauta discutida pelos jornalistas William Bonner e Renata Vasconcelos no Jornal Nacional, tendo um ponto de vista em 2018 sobre a relação que os militares possuem dentro da política brasileira impondo a força em determinados momentos se for necessário, afirmando que “os historiadores sérios se referem a 1964 candidato com um golpe militar”⁵. Respondendo ao jornalista Jair Bolsonaro referindo-se ao general Hamilton Mourão diz “no meu entender foi um alerta que ele deu e deixem os historiadores para lá, participamos da revolução democrática de 1964”⁶. O candidato Jair Bolsonaro reafirma que “identificava-se com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas ameaçada pela radicalização ideológica”⁷. Fica evidente uma disputa pela memória da ditadura militar durante a entrevista de 2018, o candidato Bolsonaro (PSL) já demonstrava a negação de reconhecer o método de pesquisa dos historiadores, por exemplo, quando inclusive devolve a pergunta ao jornalista William Bonner indagando “repito a pergunta aqui, Roberto Marinho foi um ditador ou um democrata? É história?”⁸.

No início de seu mandato a matéria publicada no site *Exame*, o ministro da Educação e Cultura, na época Ricardo Vélez Rodríguez,³ queria retomar a disciplina Educação Moral e Cívica (EMC), bem como o Projeto Rondon – instituído na metade do século XX – fazendo a seguinte afirmação “estamos impulsionando de novo o Projeto Rondon em nível universitário para visitar as regiões menos desenvolvidas do país, que foram esquecidas pelo mercado e que precisam ser incorporadas à vida nacional”⁹.

No Brasil o movimento estudantil se contrapôs a ditadura militar. A reflexão historiográfica apresentada neste texto é resultado da tese defendida em 2022 no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST) da Universidade Federal do Pará (UFPa) quando se pretendeu a partir da hermenêutica das disciplinas curriculares fazer uma análise sobre a história desta disciplina acadêmica Estudo(s) dos Problemas Brasileiros em tempos autoritários (1964-1985).

O objetivo principal deste texto é analisar a História da disciplina Estudos dos Problemas Brasileiros, portanto, enquadra-se dentro da história das disciplinas escolares, através dos conceitos de currículo, cultura universitária e disciplinas a partir de sua construção em tempos de ditadura militar, entendemos que o pesquisador

da história das disciplinas escolares ou curriculares preocupa-se compreender os processos nos quais resultam em uma cultura escolar ou universitária em diferentes tempos históricos (Gasparello, 2008, p. 198).

A abordagem da história das disciplinas escolares apresentou uma renovação historiográfica para o campo da História da educação, assumindo uma nova postura diante deste objeto de pesquisa afastando-se do seu etos religioso e apresentando a possibilidade de articular “a educação com aspectos da história econômica, social e política do país” (Galvão; Lopes, 2010, p. 26).

A historiadora Circe Bittencourt (2018, p. 15) nos indica os caminhos de pesquisa assumido por este campo, quando afirma que em diversos países existiu a preocupação de “identificar a gênese e os diferentes momentos históricos em que se constituem os saberes escolares, visando perceber a sua dinâmica, as continuidades e descontinuidades no processo de escolarização”. Nessa mesma direção, o pesquisador André Chervel (1988, p. 87) possibilitou estudar o que foi estabelecido como finalidade para os conteúdos de ensino durante determinado período histórico.

Com esse texto, pretendemos: a) apresentar a historicidade da disciplina Estudos dos Problemas em tempos de ditadura militar; b) observar a guerra das narrativas em torno da disciplina Estudos dos Problemas Brasileiros durante os anos 1960; c) apresentar as tensões e consentimentos em torno da disciplina acadêmica com documentos sobre a disciplina Estudos dos Problemas Brasileiros.

A discussão em 2014 sobre a ditadura militar brasileira durante os 50 anos fez reverberar a produção de diversos trabalhos historiográficos. As produções de Reis (2014); Motta (2014); Ferreira e Gomes (2014); Napolitano *et al.* (2014), Abud e Schmidt (2014), Napolitano (2014) entre outros colocam a relação sociedade e estado autoritário como produto social. O nosso texto vem no sentido de compreender a disciplina EPB como instrumento de controle ideológico durante a ditadura militar (1964-1985), pois, existem muitos trabalhos historiográficos sobre Educação Moral e Cívica (EMC) e falta realizar uma pesquisa de fôlego sobre a disciplina acadêmica e o impacto no ensino de História pela disciplina EPB durante os 24 anos de vigência da mesma.

Olhando a ditadura militar brasileira pela ótica da disciplina EPB

O interesse pelo estudo da disciplina Estudo(s) de Problemas Brasileiros surgiu quando participamos do projeto de pesquisa *UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985)*. O objetivo do projeto era fazer o levantamento documental no arquivo central da Universidade Federal do Pará (UFPA), no acervo fotográfico da Biblioteca Central e do Museu da UFPA, bem como

fazer o registro de depoimentos de professores, ex-alunos e servidores que foram atingidos por atos dos governos militares ou por atos das administrações superiores da universidade que provocaram violações de direitos humanos (Fontes, 2014). O projeto de pesquisa possibilitou estabelecer a relação entre a ditadura militar e as administrações superiores da UFPA, observando o jogo de ambivalências dentro uma cultura educacional conservadora para as universidades brasileiras (Fontes; Alves, 2013). O referido projeto possibilitou aprofundar as discussões em torno das disciplinas autoritárias criadas em 1969, nesse momento um episódio marca a história da UFPA. Estamos nos referindo o assassinato do estudante universitário César Moraes Leite dentro do campus do Guamá, quando assistia nesta instituição amazônica uma aula da disciplina curricular Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB).

A disciplina Estudo(s) de Problemas Brasileiros possui trabalhos acadêmicos referentes às experiências locais dentro das universidades brasileiras como: o trabalho de Samara Lerner (2013) que analisa a experiência do mestrado em EPB na Universidade do Estado do Rio de Janeiro; a dissertação de Rudimar Bertotti (2015) que analisa a experiência da disciplina EPB na Universidade Federal do Paraná (UFPR) no período de 1971 a 1984; a tese de Adolar Koch (2019) que estuda o caso da disciplina EPB na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no período de 1970 a 1993; o artigo de Caio Derossi, Joana Hollerbach e Alvenize Ferenc (2019) que analisa a consolidação da disciplina EPB na Universidade Federal de Viçosa (UFV) no período de 1970 a 1991, sendo disciplina obrigatória nos cursos de graduação e de pós-graduação desta instituição de ensino; e a tese de Rudimar Bertotti (2020) que apresenta uma análise sobre os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND) contidos em manuais didáticos da disciplina EPB no período de 1971 a 1992.

Não havia na historiografia da ditadura militar uma pesquisa de fôlego que desse conta da historicidade nacional da disciplina EPB. Davison Alves (2024) vem contribuir com esses estudos, fazendo uma análise da construção da disciplina e dos embates sociais que ele teve ao longo dos 24 anos de existência. Com isso, buscamos compreender os usos sociais das disciplinas em diferentes níveis de ensino que podem ser descritos como traços comuns de uma hermenêutica da história das disciplinas escolares (Gatti Júnior, 2008, p. 172).

Quando fazemos uma reflexão histórica sobre determinado tema, o historiador quer entender quais sentidos dados pelos sujeitos as suas escolhas. Nesse sentido, ao trabalharmos com a reflexão histórica essas perguntas não são completas. Faz-se necessário que o pesquisador durante a pesquisa reflita o processo de compreensão histórica apresentando uma maneira interna de arrumar as estruturas desses acontecimentos, apresentando uma narrativa que explique uma lógica envolvendo conceitos informado pelos protagonistas desse processo histórico (Rüsen, 2001b, p. 95).

Assim, estamos associando consciência histórica e hermenêutica através da história das disciplinas curriculares em tempos de ditadura militar. Nesse sentido, o presente texto quer apresentar as diferentes perspectivas sobre a disciplina EPB. Então, o historiador por um processo de hermenêutica organiza a reflexão a partir de um viés demonstrativo que faça sentido do ponto de vista argumentativo (Rüsen, 2001a, p. 96)

A cultura e o cotidiano universitário nos anos 70 do século XX podem ser analisadas através da documentação do Sistema Nacional de Informações (SNI), dos jornais da grande imprensa e universitários, das charges produzidas no período, bem como nas memórias dos sujeitos que vivenciaram a ditadura militar ao ter contato com a disciplina EPB. A opção por contar a história da disciplina Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) deveu-se ao fato, como mencionado anteriormente, do assassinato do estudante universitário César Moraes Leite dentro de uma sala de aula de EPB, a priori, iríamos investigar a história da disciplina EPB na Universidade Federal do Pará (UFPA), no entanto, devido as questões sociais e pandêmicas, redimensionamos nosso objeto de pesquisa. Aproximamos nossas análises dentro da lógica histórica proposta por Thompson (1978, p. 99) quando evidencia existir o diálogo entre a teoria e empiria dentro da construção do conhecimento.

Os trabalhos mencionados contam a história curricular a partir das ações ocorridas pela disciplina dentro das universidades no que se refere à EPB. Exploram em seus trabalhos: os objetivos da disciplina; os professores que a ministram e suas experiências enquanto docentes de EPB; a metodologia utilizada; os conteúdos ensinados; as atividades extraclasse; e os recursos didáticos para o ensino desta disciplina.

Consideramos que a discussão da disciplina curricular EPB está inserida em uma disputa de versões no contexto estudado, pois, ela é uma disciplina que possui múltiplos significados no interior da sociedade brasileira. Dependendo do contexto da ditadura militar muda-se a narrativa didática, altera- se o currículo no espaço universitário a ser trabalhado na disciplina EPB, assim como nos apresenta o historiador canadense Christian Laville quando realça as experiências da disciplina História em diferentes países ao redor do mundo, afirmando o jogo constante de ambivalências entre currículo e espaço de ensino e aprendizagem onde “todos os países ocidentais parecem ter percorrido esse caminho, e é o que ocorre com muitos outros países espalhados pelos cinco continentes. Para constatar, basta examinar os programas propostos e o discurso com o qual é apresentado atualmente o ensino de história” (Laville, 1999, p. 127).

A disciplina EPB nos anos 1960 e 1970 e a pedagogia do cidadão-súdito no espaço universitário

A disciplina Estudos de Problemas Brasileiros surgiu no currículo universitário

através do decreto-lei nº 869 de 12 de setembro de 1969. Portanto, consideramos que ela é um produto social pensado pela ditadura militar (Rollemberg; Quadrat, 2010). Houve a tentativa de legitimar por 24 anos nas universidades brasileira o golpe civil-militar de 31 de março de 1964.

Assim, o decreto-lei acima foi instituído pelo governo provisório através da junta militar formada pelos ministros militares da Marinha (Augusto Rademaker), da Aeronáutica (Aurélio de Lyra Tavares) e do Exército (Márcio de Souza e Mello). Foi colocada como disciplina obrigatória a Educação Moral e Cívica (EMC) em todos os níveis de ensino no país.

Conforme expressa a legislação federal de 1969 a disciplina EPB apresenta ao estudante universitário a realidade nacional pensada pela ditadura militar, esperava-se que o jovem ingressante no ensino superior se afastasse das chamadas “atividades subversivas” e fosse um “cidadão subserviente” ao Estado (Laville, 1999, p. 126), não questionasse as políticas implementadas no país pelos militares que assumiram o poder no dia 31 de março de 1964, em todas as esferas da sociedade (Alves, 2024, p. 8).

O historiador Rodrigo Motta (2014) nos evidencia que a EPB foi pensada para docilizar a juventude universitária, com isso, a sua obrigatoriedade deu origem a um novo filão editorial, onde alguns militares mais entusiastas escreveram pequenas brochuras ou panfletos para fixar a doutrina de moral e civismo EMC (Motta, 2014, p. 188). A disciplina EPB ocupou espaço de reflexão dentro do Ministério da Educação e Cultura (MEC), da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), do Conselho Federal de Educação (CFE) e dos órgãos de informação criadas em 1969. Por isso, a disciplina acadêmica analisada neste artigo era parte estratégica da ditadura militar para moldar a juventude universitária alinhada aos ideais da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, sendo que no início dos anos 1970 do século XX motivou a CNMC e o CFE a construirem pareceres sobre os fundamentos legais da disciplina EPB para as universidades brasileiras.

Havia uma vigilância real ou psicológica imposta pela ditadura militar que limitava inclusive o que se falar sobre o denominado “problema brasileiro”, tornando o ensino da disciplina EPB, por exemplo, acrítico e desprovido de ligação com a vivência real dos agentes históricos (Olivieira, 2009, p. 44). O MEC, a CNMC e o CFE consideravam que a universidade tinha um papel estratégico em tempos de ditadura militar através da disciplina ideológica EPB para solucionar os chamados “problemas brasileiros”, incluindo, neste caso, a participação da juventude universitária ao projeto de nação pensada após o ano efervescente de 1968. Apresentamos a seguir as diretrizes pensadas pelo dispositivo legal nº 869 de 1969 para a educação moral e cívica em todos os níveis de ensino,



- a) defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;
- d) a culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-ecônica do País;
- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade (Brasil, 1969).

Na concepção ideológica da ditadura militar a disciplina EPB, por exemplo, deveria aliar a chamada “democracia” com o ethos religioso associada as discussões morais dentro da sociedade brasileira (Alves, 2024, p. 128). A disciplina EMC no ensino superior ficou conhecida como EPB. Com isso, esperava-se que a disciplina EMC em todos os níveis tivessem a intenção de divulgar os valores e não realizar no espaço de sala de aula em todos os níveis de ensino propaganda do movimento de “31 de março de 1964” (Alves, 2024).

Em suas memórias autobiográficas Jarbas Passarinho faz a defesa da EMC e da “democracia” pensada pelos militares que assumiram o poder em 1964, assim ele afirma “Daí por que não posso entender que, uma vez que vivendo em regime democrático pleno, possamos dispensar os estudantes de estudar (...) Problemas Brasileiros” (Passarinho, 1996, p. 409-410). Ainda assim, o ministro complementa “trata-se de um lastimável retrocesso, quando vemos, patente em todas as ocasiões, a falta de civismo do nosso povo e a fragilização dos valores morais na sociedade” (Passarinho, 1996, p. 409-410).

Tem um paradoxo dentro da discussão pensada pelo retorno da EMC em todos os níveis de ensino (inclusive no ensino superior), pois, as convicções políticas de Jarbas Passarinho (1969-1972) mesclavam o catolicismo social e o nacionalismo (Motta, 2014, p. 191). Para o Ministro da Educação e Cultura existia uma crise de moral e civismo na sociedade brasileira e o papel das ações do MEC, do CNMC e do CFE é

construir um caminho para a discussão do retorno da disciplina EMC, apesar de que em determinados momentos havia também embates dentro da gestão de Jarbas Passarinho no que tange a execução da disciplina de moral e civismo.

O Jornal do Brasil publica em 1972, após 3 anos do normativo legal de 1969 uma fragilidade em torno da discussão de moral e civismo, e assim, ainda não tinha se definido dentro do currículo escolar e universitário no Brasil. A disciplina EMC ganhou uma roupagem renovada, ela estava sendo adequada aos objetivos nacionais pretendidos pelo regime militar de 1964. A intenção era tornar a disciplina parte integrante da vida do estudante. A discussão da Educação Moral e Cívica para o ensino superior foi denominada de Estudo(s) de Problemas Brasileiros e foi introduzida nas universidades a partir de duas perspectivas: em dado momento ela aparecia como componente curricular; em outro momento ela aparecia como prática educativa.

Posteriormente a Comissão Especial do CFE, no dia 4 de fevereiro de 1971, produziu o Parecer nº 94/71, fixando os Currículos e Programas de Educação Moral e Cívica para todos os níveis de ensino do país incluindo a disciplina EPB – o documento elaborado pela CNMC ficou em segundo plano. A professora Maria Aparecida destaca que o CFE procurou não impor conceitos ou programas dogmáticos em face de sua impotência quanto a evitar o estabelecimento da EMC enquanto disciplina, embora pressionado pela conjuntura política e pela CNMC. O embate continuava dentro da ditadura militar, Rudimar Bertotti (2020, p. 108) afirma que o CFE procurava filtrar do texto final as medidas legais que embasaram os currículos e programas básicos para EPB, sendo as manifestações de temas com elevado teor ideológico, elas estavam presentes nas propostas da CNMC.¹⁸²

É necessário caracterizar o conteúdo da disciplina EPB, pois, está presente no programa curricular da disciplina elaborado pelos intelectuais do Conselho Federal de Educação. O jornal Correio do Amanhã (RJ) publica a estrutura curricular da disciplina EPB, assim:

Unidade I) Panorama geral da brasiliade brasileira

- Características gerais da geopolítica e geoeconomia nacional.
- O homem brasileiro: formação étnica e cultural; traços característicos; pirâmide etária; situação demográfica.
- As instituições sociais, políticas e econômicas.
- O comportamento social; estratificação, mobilidade e adaptação social; ação comunitária; ética individual, profissional e social.

Unidade II) Problemas morfológicos

- As estruturas econômicas; análise do sistema econômico brasileiro.

- As estruturas sociais. As estruturas políticas e as características da democracia no Brasil.

- A estrutura dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Unidade III) Problemas de desenvolvimento econômico

- A riqueza nacional do solo, subsolo e fundo do mar; Petróleo e Siderurgia.

- Povoamento do solo.

- A Amazônia e seus problemas.

- O Nordeste e seus problemas.

- Os transportes e a economia.

- Desenvolvimento agrário e pecuário.

- Reforma agrária. Problema energético.

- Desenvolvimento industrial.

- Comércio interno e internacional.

- Disparidades regionais e integração econômica setorial e nacional.

- Política monetária, creditícia e fiscal. Planejamento econômico, Trabalho e Previdência Social.

- Mercado de capitais.

Unidade IV) Problemas socioeconômicos

- Habitação

- Saúde: prevenção, assistência médica e reabilitação.

- Saneamento básico e erradicação das endemias.

- Educação, diagnóstico e soluções.

Unidade V) Problemas políticos

- Filosofias e ideologias políticas.

- O poder nacional: suas expressões.

- Representação popular.

- Partidos políticos: organização e funcionamento.

- Evolução política nacional.



- Problemas geopolíticos: a ocupação do solo e os limites territoriais.
- Política econômica.
- Política social.
- Política externa.
- Organismos políticos internacionais: Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização dos Estados Americanos (OEA).

Unidade VI) Segurança Nacional

- Segurança externa e interna.
- Responsabilidade do cidadão.
- Guerra Revolucionária.
- As Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica.
- Formulação de uma doutrina e execução de uma política de Segurança Nacional: conselho de Segurança Nacional, Estado-Maior das Forças Armadas e Escola Superior de Guerra. (Fonte: Jornal Correio da Manhã, 1972)

Fica expresso acima que a disciplina EPB queria colocar os seus chamados “problemas brasileiros” em torno de algumas diretrizes gerais, que são: a moral, o civismo, o desenvolvimento nacional e a questão econômica, social e política. A tensão estabelecida por exemplo dentro do MEC em torno da discussão dos chamados “vultos históricos” acabou não tendo espaço dentro da disciplina EPB (Alves, 2024).

A construção da política educacional pensada pelos governos militares tinha um problema para resolver: o estudante universitário. A disciplina EPB serviria para intervir no jogo político dos anos 1960 e 1970 do século XX, pois, o estudante estava fazendo críticas ao processo de modernização-conservadora e autoritária implementada após o golpe civil-militar de 1964. As ações intervencionistas do governo militar, no primeiro momento, colocaram os estudantes universitários como oposição ao regime desde 1968, isto fica bem claro diante das imposições feitas, seja no que se refere à reforma universitária ou seja no que se trata da publicação do decreto-lei nº 477, de 1969 e do decreto-lei nº 869, de 1969. As tensões e contradições dentro das políticas educacionais durante a ditadura militar só aumentavam. A disciplina EPB seria uma estratégia de reaproximar o estudante universitário do projeto de sociedade pensada pelos militares no poder central.

Compreendemos que não havia uma uniformidade quanto ao sentido ideológico da disciplina EPB, considerando-se a percepção da heterogeneidade de formação que pensam o significado da disciplina acadêmica. Havia espaço para juristas,

filósofos, políticos, religiosos, mas não havia lugar para pedagogos e professores das humanidades pensarem a disciplina EPB. Fica-se evidenciado que a disciplina EPB estava sendo pensada a partir do projeto doutrinário da Escola Superior de Guerra (ESG) para ser aplicado no ensino superior brasileiro. Aluno e professor não tinham voz no MEC, e sem diálogo desde os anos 1960 deveriam aceitar a política educacional da ditadura militar. Era uma forma de controle da juventude brasileira e do papel social do professor de EMC em todos os níveis. O que parecia ser uma contradição dentro do contexto dos anos 1960, era uma forma de controle do pensamento educacional. Uma imposição a ser ideologicamente posta por dentro do MEC e das instituições correlatas, chegando a apresentar um conteúdo curricular pronto e acabado para o espaço universitário.

Questionando a ditadura militar por dentro da disciplina EPB na redemocratização

O historiador Rodrigo Motta (2014, p. 192) destaca que dentro das universidades o impacto efetivo da disciplina EPB foi considerada limitada, pois, os grupos de esquerda tinham bastante prestígio entre os estudantes universitários. Durante os anos 1970 e 1980 do século XX ocorreu no Brasil a impopularidade do movimento de “31 de março de 1964”, e assim, os estudantes e professores universitários começaram a questionar por dentro da disciplina EPB a ditadura militar.

O movimento estudantil universitário fazia diversas críticas à disciplina EPB. Foi vista com desconfiança pelos discentes, pois não possuía uma seriedade científica. Os partidos políticos de oposição como o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido dos Trabalhadores (PT), durante o contexto das *Diretas-Já*, começaram a questionar a ditadura militar e usavam a disciplina EPB para debater os problemas nacionais e as consequências da política educacional implementada desde os anos 1960. Por exemplo, Luís Carlos Prestes foi convidado para realizar uma palestra na Universidade Federal de São Paulo (USP) sobre a política nacional, sendo convidado pelo professor de EPB José Carlos Martins, e com isso, critica a política econômica da ditadura militar afirmando “os generais doutrinam seus soldados a crer que o comunista é um marginal e que os soldados se tornam imbecis acreditando nessas ideias”¹⁰.

Foi nesse contexto que ocorreu a propagação da ideia de socialismo moreno no Rio de Janeiro a partir do primeiro mandato de governo Leonel Brizola, no período de 1983-1987. Os partidos políticos queriam afastar-se da ideologia doutrinária da ESG e apresentavam a discussão de cidadania, de democracia e do debate de proposição de uma nova constituinte no centro curricular da disciplina EPB, estavam se aproximando dos ideais de Paulo Freire, bem como construir um caminho para o futuro do Brasil que alcançasse os direitos sociais e os direitos humanos para todos os brasileiros.



A esquerda assume um protagonismo importante por dentro da disciplina EPB para criticar as ações políticas, sociais e econômicas da ditadura militar. A Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) promoveu entre os dias 9 e 13 de maio de 1983 um seminário sobre marxismo. Durante o seminário a vida e obra de Karl Marx foram realçadas, bem como evidenciadas as teorias defendidas por ele como solução para as crises econômicas provocadas pelo capitalismo, em especial, relacionando-as à realidade brasileira¹¹.

A disciplina EPB encontrava-se nesse terreno de crítica política, econômica e social como espaço de resistência e de reflexão por meio dos intelectuais, especialmente ligados ao campo da esquerda. A disciplina acadêmica tornou-se espaço para contestar as políticas educacionais pensadas pela ditadura. Nesse contexto, os partidos políticos de oposição e a sociedade civil mobilizam-se contra a visão economicista do MEC, o engessamento do currículo universitário, a presença do porte de armas e da vigilância dentro das universidades brasileiras e contra a legislação educacional da ditadura militar do ano de 1969 e implementada a partir dos anos 1970 em todas as unidades de ensino superior do país. Havia espaço para debater outros “problemas nacionais” dentro da realidade brasileira, por exemplo, como a questão do racismo, a questão da constituinte de 1988, a desigualdade social e o valor da liberdade de expressão e da democracia no Brasil. Por isso, os intelectuais brasileiros possuíam uma postura ambivalente em relação à política.

O SNI fazia constantemente vigilância em torno de EPB. A documentação dos órgãos de repressão evidenciam uma constante intervenção no ensino desta disciplina nas universidades brasileiras em relação à sua didática, ao material didático utilizado e a falta de formação de professores. Assim, nos dizem que o movimento estudantil universitário fazia uma crítica a ditadura militar por dentro da disciplina EPB. Usaremos a atuação dos discentes na resistência à política educacional do período.

Em suas diversas assessorias regionais, o Sistema Nacional de Informações (SNI) solicitava informações em relação à disciplina EPB. Por exemplo, a vigilância dos professores que ministram a disciplina na UFRGS e as deficiências no ensino de moral e civismo no ensino superior foram assim interpretadas pela Assessoria de Segurança e Informações (ASI), era considerado um problema global pertinente a disciplina EPB no que se referia às críticas ao corpo docente, a formação de professores e a sua didática.

Demonstra-se as deficiências em torno da disciplina EPB na Universidade Federal do Rio Grande do Sul¹². O mesmo caso ocorria, por exemplo, a Universidade Federal de Santa Maria¹³ quando são apresentadas pelos órgãos da repressão as dificuldades em torno da didática e a aprendizagem da disciplina EPB. Inclusive sugerindo a CNMC que se pensasse em uma obra doutrinária como livro básico da disciplina, para que os fundamentos da “revolução democrática de 1964” pudessem ser ensinados. Esses dois exemplos destacam que havia uma pulverização no que tange a discussão dos



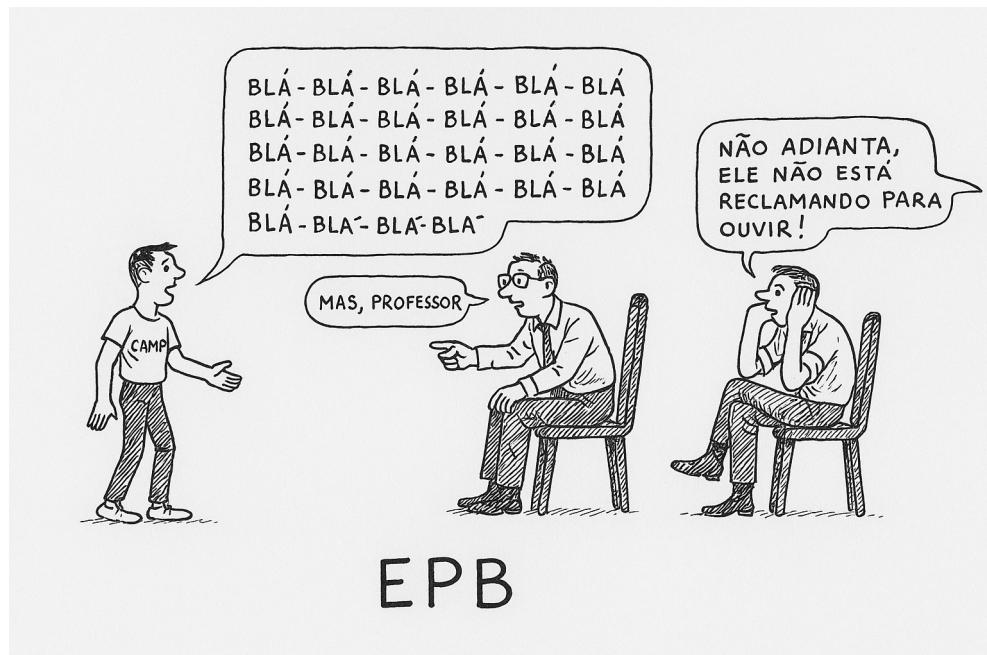
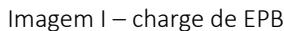
problemas brasileiros para serem abordados nas universidades, a falta de uma diretriz curricular em virtude das disputas de narrativas em torno da discussão de moral e civismo através do CFE e da CNMC contribuíram para que a disciplina EPB não fosse vista com seriedade científica no espaço universitário.

A disciplina EPB estava no centro da disputa de versões sobre os “problemas brasileiros” dentro e fora das universidades. As críticas ao regime militar durante o período de Anistia e redemocratização só faziam crescer a repulsa ao sentimento nacionalista e a política educacional pretendido pela ditadura militar. A crise no ensino das disciplinas autoritárias foi ressaltada tanto dentro das instituições como nas instituições militares.

Por exemplo, o jornal *O Universitário* da UFRGS fazia críticas a disciplina EPB destacando a experiência acadêmica que os calouros universitários teriam logo no início do curso de graduação, sendo usada de forma pejorativa com o nome de “O famigerado E.P.B.”¹⁴, informando aos discentes ingressantes que teriam contato com a disciplina EPB, neste jornal eles afirmam “que [...] o contingente discente da universidade gerou neste as maiores manifestações de repulsa, reuniu o maior número de chacotas, e formou um dos maiores acervos de imbecilidades já ouvidas em sala de aula”¹⁵.

A ditadura militar, segundo as interpretações do jornal universitário, mascarava as discussões dos verdadeiros problemas brasileiros. Era necessário inverter a lógica ideológica pensada pela ESG, pelo CFE e pela CNMC, por isso, o jornal universitário acaba destacando quais são os problemas brasileiros importantes, reafirmando que a disciplina EPB expressava uma violência simbólica dentro do espaço universitário. O movimento estudantil destaca que a disciplina EPB era construção social dentro do espaço de sala de aula de uma política do não- dizer. Segundo Pierre Bourdieu (1989, p. 11) a violência simbólica pode ser caracterizada como a imposição da ideologia à classe dominada.

O jornal *O Universitário* constrói uma charge de crítica a ditadura militar dentro dessa edição, simulando uma aula de EPB dentro das universidades brasileiras, o professor de EPB, que geralmente era um militar ou palestrando convidado explorando algum tema relacionado aos problemas brasileiros na sala de aula, e os alunos universitários enfileirados tentando construir um diálogo com o professor universitário, no entanto, sem obter sucesso, fazem crítica ao monólogo construído dentro das salas de aulas de EPB em todo o Brasil.



Fonte: Porto Alegre (1978).

Percebemos na charge acima que os alunos acabaram não concordando com o “blá-blá-blá” do professor universitário, assim, questionando o primeiro aluno retruca, “mas, professor” e o segundo aluno complementa, “não adianta, ele não está programado para ouvir”. Portanto, reforma a ideia de uma educação tecnocrata e bancária dentro do espaço universitário, conforme destaca as reflexões de Paulo Freire (2020) dentro do seu trabalho clássico Pedagogia da Autonomia. A falta de diálogo colocava a discussão em torno dos problemas brasileiros ser considerada como disciplina EPB vazia e sem importância para o estudante universitário.

Portanto, a disciplina EPB era considerada importante para fazer com que os estudantes universitários deixassem claro a sua disponibilidade em trabalhar pela nação, assim seriam responsáveis pela formação da elite nacional, com a missão de olhar para o futuro do Brasil, esquecendo-se de fazer uma reflexão sobre o presente. Segundo Ilmar Mattos (1998, p. 112-113) além de não olvidar os grandes problemas nacionais e internacionais, concentra seus esforços no aperfeiçoamento do Ensino Superior no Brasil, sobre o ponto de vista intelectual.

Por fim, o jornal universitário convidava os alunos calouros a boicotarem a disciplina EPB nas universidades. Seria uma forma de protesto contra a ditadura militar, pois, ela serviria mais para ser uma propaganda do regime do que apresentar os problemas brasileiros dentro e fora da sala de aula com a extensão universitária. A interpretação feita pelos estudantes era que a disciplina EPB possuía uma discussão rasa e cheia de

eufemismo, tendo a finalidade de desviar o foco da realidade brasileira.

Era vista como uma “colcha de retalhos” e que não tinha nenhuma relação com a realidade nacional vivida pelo povo brasileiro. A disciplina EPB precisava ser repensada na década de 1980. Neste contexto, a disciplina acadêmica também estava se alinhando no tempo de redemocratização, a EPB deveriam ter um olhar científico segundo o movimento científico, fazer uma mudança no currículo da disciplina e na didática do professor da disciplina dentro do espaço universitário. Começaram-se a surgir diversas pressões para que a discussão de moral e civismo tivesse que extinta do currículo universitário, portanto, diversos professores, intelectuais, protagonistas dos partidos políticos estavam exigindo o fim da Educação Moral e Cívica. Foi o eco estabelecido por exemplo nos jornais veiculados na grande imprensa dos anos 80 do século XX.

No dia 20 de outubro de 1985 foi publicado no *Jornal do Brasil* (JB) pelos professores de Geografia e de História as suas interpretações sobre a revogação do Decreto-Lei nº 869, de 1969 e pelo Decreto-Lei nº 68.065, de 1971, bem como todos os seus corolários jurídicos- institucionais: Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudo de Problemas Brasileiros e a Comissão Nacional de Moral e Civismo. Os professores afirmavam que a disciplina EMC era “de caráter exclusivamente político e doutrinário, despojada de qualquer documentação científico-pedagógica”¹⁶ e que seus “vários desdobramentos resultaram na descaracterização da Geografia e da História [...]”¹⁷.

A movimentação da juventude universitária brasileira em torno da mudança de currículo da disciplina EPB foi bastante divulgado nos noticiários, por exemplo, durante o período da redemocratização o jornal Diário do Pará, no dia 17 de janeiro de 1986 evidenciou que a UNE destacou a aprovação no meio estudantil do projeto de lei do senador Alfredo José de Campos Melo (PMDB/MG) alterando o currículo da disciplina EPB. Pelo projeto tramitado na Câmara dos Deputados a disciplina acadêmica deveria conter os “temas relevantes concernentes ao Poder Constituinte”.²⁴¹ Portanto, há uma mudança de orientação curricular durante o período de redemocratização, pois, a disciplina EPB deveria enfatizar o estudo da Constituição do Brasil, bem como evidenciar as tarefas a serem desenvolvidas pela Constituinte¹⁸. Por exemplo, a mudança de orientação foi implementada na UFPA com a palestra do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, em sua seção Pará, o advogado Ophir Filgueiras Cavalcante, no dia 27 de novembro de 1986, ocorrida às 9 horas, no Centro de Ciências da Saúde da UFPA. O tema escolhido para o debate foi “constituinte e constituição” tendo como público os discentes da disciplina EPB. A ação promovida pela UFPA fazia parte do programa da disciplina EPB durante a redemocratização¹⁹.

A disciplina EPB estava sendo questionada pelo meio acadêmico e na sociedade brasileira. Durante a redemocratização exigiu-se um novo currículo que atendesse as demandas da sociedade brasileira. No entanto, percebemos que a disciplina

EMC resistia no interior da sociedade brasileira, a interpretação dos jornais sobre os caminhos da disciplina autoritária após o fim da ditadura militar e o início da redemocratização. Percebemos que a partir dos jornais impressos há uma leitura de que a universidade deveria estar alinhada com o processo de redemocratização que culminou com a eleição indireta do presidente Tancredo Neves no ano de 1985, e com isso, novos tempos estavam surgindo no interior da sociedade, dos movimentos sociais e da universidade. Era o espaço para rediscutir qual ensino deveria ser pautado no espaço escolar. Era o ensino que levasse o cidadão a ser reflexivo e crítico diante dos acontecimentos sociais, econômicos, culturais e políticos.

Considerações Finais

A história da disciplina EPB ocupa, assim, uma parte importante em nossa identidade como pessoa e como nação, foi uma disciplina controlada e vigiada pela ditadura militar. Pensar sobre a EPB é uma maneira de repensarmos nosso lugar em um mundo em rápida transformação, pois, é uma disciplina concebida no CFE, na CNMC, no MEC e efetivada durante a gestão do ministro da Educação Jarbas Passarinho para construir uma identidade nacional no espaço universitário para juventude brasileira. Era considerada uma disciplina conservadora, com moldes nacionalistas e cívicos para pensar o Estado-Nação entre tensões e consentimentos dos sujeitos que vivenciaram essa disciplina acadêmica.

A disciplina EPB forjou-se no interior da sociedade produzindo uma memória social. É essa memória, muitas vezes confundida com dever cívico, uma prática nacionalista que a disciplina acadêmica acaba formando uma identidade coletiva no interior dos governos, das universidades e do jovem universitário que estuda esta disciplina acadêmica. No entanto, a memória social da disciplina EPB construída pelos diversos sujeitos ao longo deste trabalho é conflituosa, pois, conforme foi sendo gerada no interior dos diversos ministros da educação assumem a pasta durante a ditadura militar. A disciplina EPB foi perdendo a sua identidade original construída pelo CFE, por exemplo, e foi apresentada outras formas de olhar os problemas brasileiros.

Os donos do poder queriam “domesticar” a juventude brasileira em todos os níveis de ensino. A documentação do SNI demonstra que nem sempre conseguiram êxito dentro do projeto nacional pensado pela ditadura militar. A disciplina EPB, diga-se de passagem, era motivo de chacota, carregada de eufemismo era apresentada pelo movimento estudantil como espaço propagandístico da realidade nacional criada pela ditadura e sendo implementada pelos professores militares, pelos diversos órgãos ligados ao regime como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), tendo oferecidos palestras aos professores de EPB, com a finalidade de “integrar para não entregar”.



Novos ventos estavam ecoando em torno dos partidos políticos de esquerda na década de 1980. As críticas desenvolvidas pelo projeto educacional da ditadura militar foram implementadas na secretaria estadual do Rio de Janeiro durante a gestão do secretário de educação Darcy Ribeiro, ocorridas na gestão do governo Leonel Brizola (PDT). Ainda havia vigilância e controle em torno das ações desenvolvidas pelos partidos de esquerda, como podemos perceber através das interpretações assumidas pela documentação do SNI que estão sobre a guarda do Arquivo Nacional. Na gestão brizolista foi implementado uma espécie de “socialismo moreno”. Durante a redemocratização os partidos de esquerda assumiram determinado protagonismo e começaram a realizar críticas ao projeto político implementado pelos militares que assumiram o poder em 1964.

Em 1985, o projeto de poder em todos os níveis sociais, implementado pela ditadura militar, já estava enfraquecido, nesse contexto ocorreu a eleição indireta de Tancredo Neves, que por motivo de saúde não assumiu o poder, o vice-presidente José Sarney (MDB) assumiu a difícil tarefa de remover pouco a pouco o entulho autoritário construído ao longo dos anos 1960 do século XX. Em 1993, um Projeto de Lei colocou um ponto final dentro da disciplina EMC e com ela também a disciplina EPB. A leitura interpretativa que fazemos sobre esse processo é que durante a redemocratização não havia espaço para disciplinas consideradas acríticas e de cunho ufanista no currículo. Havia mudado o regime, por isso, mudou-se a perspectiva de educação na sociedade brasileira. Os professores de História e Geografia estavam reivindicando outros espaços formativos e de construção da cidadania no interior da sociedade brasileira. repensados currículos universitários precisavam ser repensados para os novos tempos democráticos durante os anos 1990.

Por fim, cabe destacar que a disciplina EPB era vista como uma disciplina conflituosa dentro do espaço universitário, pois, ela gerou diversas interpretações no interior da juventude universitária, diante da falta de uma formação de professores de EPB e do intenso controle promovido pelos órgãos de repressão da ditadura militar. Fazer uma reflexão sobre as interpretações da disciplina EPB no interior da sociedade brasileira requer olhar para o passado, apresentando os argumentos, as possibilidades de entender a realidade brasileira a partir de diversos olhares e de construir um caminho para as políticas educativas no Brasil recente. São dois pontos de vistas desse olhar sociológico sobre os problemas brasileiros em tempos de ditadura militar.



De um lado, o CFE, a CMNC e o MEC tinham um olhar direcionado para disciplina EPB a partir da lógica de desenvolvimento e modernização conservadora pela ditadura militar no espaço universitário. De outro lado, os estudantes universitários, os partidos políticos de esquerda e os professores de EPB que contestavam por dentro da ditadura militar os chamados “problemas brasileiros” pensados pela caserna, e com isso, começaram a pautar questões como: racismo, direitos das mulheres, a constituinte,

o meio ambiente, entre outros temas dentro da disciplina EPB. Finalizamos dizendo que a disciplina EPB era considerada um “entulho autoritário” pensado pela ditadura militar, por isso, ela precisava ser extinta do currículo universitário, ocorrendo somente através do decreto-lei nº 8.666 de 1993 por parecer do CFE.

Referências

ABUD, Kátia; SCHMIDT, Maria. *50 anos da ditadura militar: capítulos sobre o ensino de História no Brasil*. Belo Horizonte: W.A. editores, 2014.

ALVES, Davison. *Estudo(s) de problemas brasileiros: uma disciplina conflituosa e vigiada (1969-1993)*. São Paulo: Paco Editorial, 2024.

BERTOTTI, Rudimar. *Preceitos da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento contidos em manuais didáticos da disciplina estudo de problemas brasileiros: apropriações e representações (1971- 1992)*. 2020. Tese (Doutorado em Educação) – Escola de Educação e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2020.

BERTOTTI, Rudimar. *Caráter, amor à pátria e obediência a lei? Disciplina Estudo de Problemas Brasileiros na Universidade Federal do Paraná (1971- 1984)*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2018.

BRASIL. Decreto-lei 869 de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 7769, 15 set. 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 6 ago. 2025

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*: introdução, organização e seleção. Tradução de Sérgio Miceli. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 1989.

CHERVEL, André. L'histoire des disciplines scolaires. Réflexions sur un domaine de recherche. *Histoire de l'éducation*, Paris, n. 38, p. 59-119, mai 1988.

DEROSSI, Caio; HOLLERBACH, Joana; FERENC, Alvenize. A disciplina estudos de problemas brasileiros (EPB) na Universidade Federal de Viçosa (UFV): em foco o projeto educacional do regime civil-militar para as universidades brasileiras. *Revista de História e Historiografia da Educação*, Curitiba, v. 3, n. 9, p. 152-172, set./dez. 2019.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela. 1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs

fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FONTES, Edilza. O dever de memória e a documentação sobre a ditadura civil-militar na Universidade Federal do Pará (UFPA). *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 280–292, 2014.

FONTES, Edilza; ALVES, Davison. A administração do reitor Silveira Netto em tempos de ditadura militar (1960-1969). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 258–294, 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GALVÃO, Ana Maria; LOPES, Marta. *Território plural: a pesquisa em história da educação*. São Paulo: Ática, 2010.

GASPARELLO, Arlette. O ensino de história em diálogo com a história da educação. In: ANDRADE, João; STAMATTO, Maria. *História ensinada e a escrita da História*. Natal: EDURFN, 2008. p. 193-200.

GATTI JÚNIOR, Décio. História da educação e ensino de história: a história das disciplinas escolares. In: CAINELLI, Marlene; OLIVEIRA, Almir; OLIVEIRA, Margarida. *Ensino de história: múltiplos ensinos em múltiplos espaços*. Natal: EDURFN, 2008. p. 171-182

KOCH, Adolar. *A disciplina de EPB – Estudos de Problemas Brasileiros na ditadura militar e civil brasileira – 1970/1993: o caso da UFRGS*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 125-138, 1999.

LERNER, Samara Lima Tavares Mancebo. *A pós-graduação em estudos de problemas brasileiros na UERJ: uma reflexão sociológica sobre um projeto de socialização política no Brasil*. 2013. 446 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MATTOS, Ilmar. *História do ensino de história*. Rio de Janeiro: Acess, 1998.

MOTTA, Rodrigo. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. (Coletânea 1964: 50 anos depois).

NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. Rio de Janeiro: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Carlos; LUZIVOTTO, Caroline; LOSNAK, Célio; GOULART, Jeferson. *O golpe de 1964 e a ditadura militar em perspectiva*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

OLIVEIRA, Margarida. Anotações acerca da constituição do ensino de História como objeto de pesquisa no Brasil. In: ANDRADE, João; STAMATTO, Maria. *História ensinada e a escrita da História*. Natal: EDURFN, 2009. p. 41-60

PASSARINHO, Jarbas. *Um híbrido fértil*. Brasília: Expressão Cultural, 1996.

REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha. *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX - Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RUSEN, Jorn. *História viva: teoria da História III - formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília, DF: Ed. Unb, 2001a.

RUSEN, Jorn. *Razão histórica: teoria da História - os fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília, DF: Ed. UnB, 2001b.

PORTO ALEGRE. Secretaria de Segurança Pública. Departamento Central de Informações. *Jornal O Universitário*. Porto Alegre: Secretaria de Segurança Pública, 1978, p. 14. Confidencial.

THOMPSON, Edward. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

Notas

¹Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente titular da Universidade Federal do Pará, do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST).

²Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Integrante do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória). Professor Adjunto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

³Bolsonaro diz que objetivo é fazer o Brasil semelhante 'ao que tínhamos há 40, 50 anos'. *Jornal Globo*, Rio de Janeiro, 15 out. 2018.

⁴Bolsonaro diz que objetivo é fazer o Brasil semelhante 'ao que tínhamos há 40, 50 anos'. *Jornal Globo*, Rio de Janeiro, 15 out. 2018.

⁵Entrevista do candidato à presidência Jair Bolsonaro (PSL) ao Jornal Nacional no dia 28 de agosto de 2018.

⁶Entrevista do candidato à presidência Jair Bolsonaro (PSL) ao Jornal Nacional no dia 28 de agosto de 2018.

⁷Entrevista do candidato à presidência Jair Bolsonaro (PSL) ao Jornal Nacional no dia 28 de agosto de 2018.

⁸Entrevista do candidato à presidência Jair Bolsonaro (PSL) ao Jornal Nacional no dia 28 de agosto de 2018.

⁹Ministro da Educação quer retomar educação moral e cívica. Estadão Conteúdo, 5 fev. 2019. Disponível em: <https://tinyurl.com/5aeavpw6>.

¹⁰Brasil. Ministério da Aeronáutica. Informe nº 761/A-2/IV COMAR. [S. I.]: RECISA – AFA, PMESP, 23 de agosto de 1984. Confidencial. Assunto: Presença de Luiz Carlos Prestes em São Carlos. p. 1.

¹¹Serviço Nacional de Informações. Agência de Porto Alegre. Informe nº 084/16/APA/83. Porto Alegre, 1983. Confidencial. Assunto: Seminário sobre marxismo na Unisinos, em São Leopoldo/RS. p. 1.

¹²Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Assessoria de Segurança e Informações. Informação nº 159/ASI/UFRGS DSI/MEC/77. Porto Alegre: Assessoria de Segurança e Informações/UFRGS, Divisão de Segurança e Informações/MEC, 25 de outubro de 1977. Assunto: Deficiências no ensino de Estudos de Problemas Brasileiros. p. 1.

¹³Universidade Federal de Santa Maria. Assessoria de Segurança e Informações. Informação nº 465/ASI/UFSM/MEC/77. Santa Maria: Assessoria de Segurança e Informações/UFMA/MEC, 31 de outubro de 1977. Assunto: Deficiências no ensino de Estudos de Problemas Brasileiros. p. 1-2.

¹⁴Porto Alegre. Secretaria de Segurança Pública. Departamento Central de Informações. Assunto: Impresso “O Teodolito” – O famigerado EPB. Porto Alegre, 13 de novembro de 1978. p. 17. Confidencial.

¹⁵Porto Alegre. Secretaria de Segurança Pública. Departamento Central de Informações. Assunto: Impresso “O Teodolito” – O famigerado EPB. Porto Alegre, 13 de novembro de 1978. p. 17. Confidencial.

¹⁶O Fim da Educação Moral e Civismo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 out. 1985. Livros. Caderno B/Especial, p. 11.

¹⁷O Fim da Educação Moral e Civismo. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 out. 1985. Livros. Caderno B/Especial, p. 11.

¹⁸Aprovação. *Diário do Pará*, Belém, 17 jan. 1986. p. 7.

¹⁹Aprovação. *Diário do Pará*, Belém, 17 jan. 1986. p. 7.

